



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

(DES)CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE A SEXUALIDADE NA ESCOLA

Ana Maria de Carvalho; Julysson Charles P. de Souza

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Carvalhoana1@hotmail.com; jcharlesletras@gmail.com

Resumo: Este trabalho é um recorte do que está sendo desenvolvido no Projeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM/CNPq, intitulado *A escola como espaço para a construção e desconstrução de práticas discursivas relacionadas à sexualidade*, aprovado conforme Edital Nº 005/2014 - DP/PROPEG/UERN. Por sua vez, está vinculado à linha de pesquisa *Estudo dos processos de produção identitária e de modos de subjetivação na contemporaneidade*, do Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – GEDUERN. O objetivo principal é investigar como a questão da sexualidade é tratada no ambiente escolar. Como se trata de uma investigação ainda numa fase inicial, aqui se deterá apenas em apresentar os construtos teóricos previstos no Projeto: advindos de documentos oficiais que enfocam a sexualidade, como os PCNs – Temas transversais e Cadernos SECAD e, principalmente, das contribuições de Foucault (2005, 2011), no que se refere ao discurso e à sexualidade, e em diálogo com a área dos estudos culturais, na qual se destacam Louro (1999, 2004 e 2013), Furlani (2009, 2013), entre outros estudiosos que têm pesquisado sobre a sexualidade. Metodologicamente, faremos uso de uma abordagem qualitativa, que nos leva a trilhar um caminho discursivo e questionador, construindo uma análise interpretativista.

Palavras-chave: Discurso, Sexualidade, Escola.

Introdução

Com foco na discussão sobre a construção e desconstrução de práticas discursivas relacionadas à sexualidade no âmbito escolar, este trabalho intenta investigar como a questão da sexualidade é tratada na escola, isto é, como é discursivizada nesse campo que se institui como um importante lugar de formação para o exercício da cidadania e, por conseguinte, para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo.

Este estudo está vinculado à linha de pesquisa *Estudo dos processos de produção identitária e de modos de subjetivação na contemporaneidade*, do Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – GEDUERN e constitui parte



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

do Projeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica no Ensino Médio PIBIC-EM/CNPq, intitulado *A escola como espaço para a construção e desconstrução de práticas discursivas relacionadas à sexualidade*, aprovado conforme Edital N° 005/2014 - DP/PROPEG/UERN.

Como se trata de uma investigação ainda numa fase inicial, aqui se deterá apenas em apresentar os construtos teóricos previstos no Projeto, cuja fonte são de documentos oficiais que enfocam a sexualidade, como os PCNs – Temas transversais e Cadernos SECAD, das contribuições de Foucault (2005; 2011), no que se refere ao discurso e à sexualidade, como também da área dos estudos culturais, na qual se destacam Louro (1999, 2004 e 2013) e Furlani (2009, 2013).

Quanto ao aspecto metodológico, este trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa, um tipo de investigação que não se preocupa com o aspecto quantitativo, mas lida com interpretações das realidades sociais, exigindo, dessa forma, uma abordagem interpretativista na apresentação e análise dos dados (STRAUSS e CORBIN, 2008).

Nessa direção, investigar como é tratada a questão da sexualidade na Escola não é uma escolha neutra, mas referenda uma postura pedagógica e política que compreende uma determinada visão de mundo, de sociedade, de sujeito histórico, de prática social, de cultura e de linguagem. Na escola, como em qualquer outra instância, a abordagem da sexualidade deve ser sistemática, contínua e politicamente interessada com a crítica desses modelos de desigualdades, seja esta sexual, de gênero, de etnia/raça, de geração de classe, de religião, entre outros.

Dessa forma, procura-se contribuir com a comunidade escolar no sentido de incitá-la a discutir a multiplicidade e o respeito às diversas formas de viver os gêneros e as sexualidades.

1 A noção de sexo e sexualidade

Com a finalidade de aprofundar as discussões aqui pretendidas, é importante iniciar refletindo sobre alguns equívocos conceituais recorrentes em âmbito escolar e desconstruir



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

algumas idéias, como por exemplo, a distinção entre sexo e sexualidade. Enquanto sexo representa a marca biológica, a caracterização genital e natural, formada “a partir da aquisição evolutiva da espécie humana como animal” (BATISTA, 2008, p. 97), a sexualidade se institui como o conjunto dos fenômenos da vida sexual, conceito cultural, formado tanto pela qualidade como pela significação do sexo (BATISTA, 2008).

Pode-se entender, assim, a sexualidade aos modos foucaultiano, como um construto histórico, social e cultural. Isso significa que não é um dado natural, como assim era definida:

[...] como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar (FOUCAULT, 2005, p. 67).

Ou seja, definida como um tipo de dado natural que o poder tenta controlar, ou como um domínio que o conhecimento tenta gradativamente desvendar. Assim, enquanto construção histórica, concebida em determinado tempo, época específica, num certo contexto, a sexualidade é, como denomina Foucault (2005), um “*dispositivo histórico*”, uma invenção social, constituída de variados discursos sobre o sexo, os quais normatizam, regulam e produzem “verdades”.

Em entrevista com Alam Grosrichard, o que o filósofo define como dispositivo é

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2011, p. 244).

Em outras palavras, compreendem-se por dispositivo da sexualidade práticas discursivas e não discursivas, saberes e poderes que objetivam controlar, normatizar e



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

estabelecer “verdades” em relação ao corpo e seus prazeres. Tal dispositivo, com suas verdades e valores morais, estabelecem aquilo que deve ser praticado e interfere tanto nas construções individuais em relação aos prazeres e ao corpo quanto na constituição de subjetividades.

Para tal dispositivo, o qual se inscreve em um jogo de poder e está ligado a configurações de saber, o que é pertinente são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres e a natureza das impressões, e tem, como razão de ser, o inventar, inovar, proliferar, penetrar nos corpos e controlar, de forma mais global, as populações (FOUCAULT, 2005).

O sexo, por sua vez, é concebido como o componente mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, num dispositivo de sexualidade que o poder sistematiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres (FOUCAULT, 2005). Nessa direção, o sexo tem uma historicidade e esta historicidade refere-se à história de como ele entrou no discurso e como se tornou vinculado à dinâmica do saber/poder/prazer. Como bem coloca Butler (2003, p. 155):

[...] o sexo é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o sexo e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada dessas normas.

Dessa forma, as normas que regulam o sexo trabalham de maneira performativa para constituir a materialidade dos corpos, para materializar o sexo do corpo e a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. É, portanto, por meio do “dispositivo” que a sexualidade é regida, bem como o sexo (ato sexual), disciplinado.

Em termos históricos, conforme aponta Foucault (2005), no primeiro volume da História da sexualidade *A vontade de saber*, existiram dois modelos para produzir a verdade do sexo: a *scientia sexualis* (ciência sexual) e a *ars erótica* (arte erótica). Foi a civilização ocidental que elaborou a *scientia sexualis*, como uma das formas gerais de tratar o sexo,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

contrapondo-se a *ars erotica* desenvolvida pelas civilizações como a China, Japão, Índia e nações árabe-muçulmanas.

A *ars erótica* é concebida como um agrupamento de técnicas, um tipo de saber prático de ordem tanto físico como espiritual direcionado ao prazer sexual. Na *ars erótica*, o prazer sexual é concebido como um fim em si mesmo, sem ser vinculado a prescrições morais ou a verdades científicas. O que se leva em consideração é a intensidade do prazer, sua duração e sua qualidade.

Já na *scientia sexualis*, todo pensamento e ato relacionados ao prazer sexual são submetidos a uma análise criteriosa, construindo um arquivo dos prazeres, cujo saber produzido é considerado como elemento indispensável à saúde mental do ser humano e ao bem-estar da sociedade.

No domínio dessa *scientia sexualis*, a prática da confissão se estabelece como mentora dos discursos, ou no dizer de Foucault (2005, p. 62), como “a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo”. A confissão que, por muito tempo permanecera ligada ao ato sacramental, como prática da penitência, firmando-se como um dos lugares da revelação da sexualidade, gradativamente penetra em outros campos como da pedagogia, da medicina e da psicologia e toma outros contornos: “[...] difundiu-se, foi utilizada em toda uma série de relações: crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinquentes e peritos” (FOUCAULT, 2005, p. 62). Desde então, a partir desses campos disciplinares, a sexualidade tem sido descrita e normatizada.

Assim, é a partir das articulações gerenciadas por mecanismos de saber-poder, como percebemos nesse domínio da ciência sexual, que o sexo se constitui como elemento mais central, num dispositivo da sexualidade, tornando-se, portanto, como afirma Foucault (2005), o ponto imaginário que todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade, à totalidade de seu corpo, à sua identidade.

2 A sexualidade na Escola



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A sexualidade se constitui em um assunto vasto, presente na sociedade em geral e no cotidiano escolar e que se apresenta, na maioria das vezes, na condição de “tabu”. Como a escola brasileira historicamente é concebida e organizada sob os padrões de heteronormatividade, tende a valorizar e edificar como padrão um único componente: o adulto, masculino, branco e heterossexual (BRASIL, 2007). Por esta razão, conforme aponta Louro (2004, p. 27), os sujeitos que, por algum motivo, escapam da norma e “promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão considerados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria [...]”. Sendo assim, a escola acaba por se constituir em um campo onde reflete o binarismo, o sexismo, o machismo e até mesmo a homofobia. Torna-se, portanto, um lugar onde é exercida uma pedagogia da sexualidade que, pela afirmação ou pelo silenciamento, legitima determinadas identidades e práticas sexuais, reprime e marginaliza outras.

Por entender que diferentes discursos produzidos e veiculados em nossa cultura e que perpassam também a escola contribuem para produzir modos de ser e de viver a sexualidade, podemos afirmar que as práticas pedagógicas escolares e culturais posicionam certos mecanismos como sendo mais “naturais” do que outros e, nesse sentido, o sujeito passa a ser instituído a partir de discursividades implicadas com a construção de fronteiras e especificidades que marcam e delimitam quem pertence e quem não pertence à determinada norma ou padrão. E pautados nessas normas aceitas socialmente como ideais ou mais adequadas é que os currículos escolares, bem como os materiais didáticos e os processos avaliativos que os constituem, organizam toda a dinâmica escolar.

A escola tem o poder de delimitar espaços. Conforme Louro (2004), é a instituição escolar, que desde seu início, incumbiu-se de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinha acesso e, por meio de múltiplos mecanismos de classificação e hierarquização, ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, separou meninos e meninas; é a escola, porém, quem dita o que cada um pode ou não pode fazer, apontando o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Nesses termos, para um entendimento mais profundo dessa temática, faz-se necessário determinar a sua constituição de sentidos. A sexualidade humana não está submetida ao condicionamento animal, nem é dotada de uma natureza essencial e verdadeira. Mais do que isso, ela é, como dito anteriormente, um “construto histórico”, ou seja, criada historicamente, construída ao longo da vida, de muitos modos, pelos sujeitos. E, como tal, a sexualidade não deve ser pensada apenas como uma questão pessoal, mas como social e política.

O trabalho de discussão da sexualidade na Escola torna-se oficialmente instituído a partir do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, do Ministério da Educação, no ano de 1997. Com a denominação de *Orientação Sexual*, insere-se como uma temática extra disciplinar, ao lado de outras, como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, estudos econômicos, compondo assim, os Temas Transversais, considerados de relevância na educação da criança e do jovem brasileiro.

Conforme preconizam esses documentos, a finalidade do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam exercer sua sexualidade com responsabilidade e prazer. Além de contribuir para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos, favorece na prevenção do abuso sexual e da gravidez indesejada e possibilita, de forma mais eficaz, a realização de ações preventivas das doenças sexualmente transmissíveis/Aids. E, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, ao promover discussões de temáticas polêmicas como masturbação, aborto, prostituição, pornografia, homossexualidade, fortalece o bem-estar de crianças e de jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura (BRASIL, 1997).

Sob tal perspectiva, “Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, informação e conhecimento [...] (BRASIL, 1997, p. 311). Procura, dessa forma, considerar todas as dimensões da sexualidade: seja ela a biológica, psíquica ou a sociocultural, além de suas implicações políticas.

Na composição desse tema transversal fazem parte blocos de conteúdos relacionados a três eixos temáticos: 1) Corpo: matriz da sexualidade, 2) Relações de gênero e 3) e Prevenção



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

das doenças sexualmente transmissíveis/Aids, cuja base para desenvolver o trabalho de Orientação Sexual deve ser a problematização, o questionamento e ampliação do leque de conhecimentos e de opções para que o próprio aluno escolha seu caminho. Dessa forma, esse trabalho deve se limitar o da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor. Como coloca os PCNs, a proposta de Orientação Sexual não é diretiva e nem tem caráter de aconselhamento individual nem psicoterapêutico. O essencial “é que o trabalho seja contínuo e sistemático, abarcando as dúvidas, preocupações e ansiedades, que se modificam significativamente nas diversas faixas etárias” (BRASIL, 1997, p. 332).

No entendimento de Yara Sayão (1997), a Orientação Sexual na escola se revela como um processo de intervenção planejado e intencional que inclui tanto os esclarecimentos das dúvidas, como a ressignificação das informações e valores vivenciados no percurso da vida de cada criança ou jovem. Para a autora, essa orientação deve se adequar à faixa etária dos alunos, atendendo, assim, às suas necessidades e capacidades cognitivas particulares. Dessa forma, a proposta é a de que o programa de orientação sexual seja construído a partir das questões e dúvidas trazidas pelos alunos e que atenda aos três eixos temáticos apontados pelos PCNs.

Conforme Santos (2007), o tratamento pedagógico desses temas relativos à sexualidade precisa levar em consideração também as reproduções de padrões sociais feitas na escola. Tais reproduções, muitas vezes, fundamentam-se no senso comum, são influenciadas por uma infinidade de fatores culturais relacionados a crenças e valores pessoais, legitimando, assim, a família patriarcal. Para tanto, argumenta a autora, é necessário

[...] problematizar as práticas sociais de alunos/as e professores/as para que os conhecimentos discutidos na escola façam sentido na prática social dos sujeitos históricos que a constituem e são, por ela, constituídos. É importante ressaltar que a discussão pós-crítica e pós-estruturalista da sexualidade precisa articular o tratamento pedagógico dos conhecimentos sobre esse assunto e os diversos campos do conhecimento que produzem saberes sobre ele, como a história, a sociologia, a biologia, a política, a religião, entre outros (SANTOS, 2007, p. 61).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Dessa maneira, o currículo escolar, uma vez produtor de significados, não pode ser concebido somente como um espaço de transmissão de conhecimentos, ou como mero transmissor de representações sociais. As práticas escolares e os currículos são, pois, instâncias que carregam e produzem representações e, para tanto, devem centrar-se principalmente, como bem coloca Silva (2006), naquilo que somos, naquilo que nos tornamos. Faz-se necessário, portanto, que a escola desenvolva estratégias de ensino que favoreçam aos estudantes aprender a respeitar e conviver com a diversidade de identidades sexuais que circulam no seu espaço e na sociedade.

Nessa direção, Jimena Furlani (2007), no artigo *Educação Sexual: do estereótipo à representação - argumentando a favor da multiplicidade sexual, de gênero e étnico-racial*, defende uma Educação Sexual que reconheça o estereótipo como positivo, tanto para a multiplicidade sócio-cultural, quanto para o reconhecimento das variadas formas que os sujeitos vivem os gêneros, as sexualidades e suas identidades étnico-raciais. Defende, desse modo, o respeito à diversidade como um paradigma social e pedagógico a ser enfrentado pela Escola. Para a autora, é no interior da instituição escolar que devem ser explicitados os sujeitos de gênero, de sexualidades e de diferentes expressões étnico-raciais, como também seus modos e estilos de vida, como forma de combater o sexismo, o machismo, a misoginia, o racismo e a homofobia. Ou seja, uma Educação Sexual que problematiza e desconstrói as representações negativas, socialmente impostas a esses sujeitos e às suas identidades “excluídas”.

Em outro texto, *Encarar o desafio da Educação Sexual na escola*, Furlani (2009) reafirma o respeito à diversidade, enquanto paradigma social e pedagógico a ser encarado pela Escola, e apresenta oito princípios a uma pedagogia das sexualidades, dos gêneros e da diversidade:

- 1) A educação sexual deve **começar na infância** e, portanto, fazer parte do **currículo escolar** [...]
- 2) As **manifestações da sexualidade** não se justificam, apenas, pelo objetivo da “reprodução”[...]



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

- 3) A **descoberta corporal** é expressão da sexualidade [...]
- 4) Não deve existir qualquer **segregação de gênero** nos conhecimentos apresentados a meninos e meninas, portanto, a prática pedagógica deve acontecer sempre em **co-educação** [...]
- 5) Meninos e meninas devem/podem ter os **mesmos brinquedos** [...]
- 6) A linguagem plural, usada na Educação Sexual, deve contemplar tanto o **conhecimento científico**, quanto o **conhecimento popular/cultural** [...]
- 7) **Há muitos modos da sexualidade e do gênero** se expressar em cada pessoa, portanto não me importo se minhas(meus) alunas(os) forem homossexuais [...]
- 8) A **educação sexual** pode discutir **valores** como respeito, solidariedade, tolerância... (p. 45-47. Grifos da autora).

Acreditamos que, norteadas por esses princípios, a educação sexual exerce seu principal papel: primeiro, promover a desestabilização das “verdades únicas”, dos modelos hegemônicos, mostrando o jogo de poder envolvido na intencionalidade de sua construção, depois, mostrar as variadas possibilidades sexuais existentes na sociedade, na cultura e na política da vida humana, questionando, pois, o modo como são significadas e como produzem seus efeitos sobre a existência do ser (FURLANI, 2013).

Considerações finais

Consideramos que a escola não é apenas um local que produz representações de gênero e sexualidade, mas um campo propício para defender os direitos humanos e questionar o preconceito tão disseminado na sociedade. Assim, deve optar por uma pedagogia inclusiva que, em suas práticas cotidianas, leve em consideração a diversidade de identidades existentes no tecido social, apoiando-se, pois, em um currículo que esteja envolvido centralmente nas questões da pessoa humana: naquilo que somos, naquilo que nos tornamos.

Pensando numa formação crítica dos estudantes, de modo a fazê-los entender os jogos de interesse e efeitos de poder na produção cultural de significados, a escola tem o dever de trabalhar, dentre outras questões, aquelas relacionadas ao gênero à sexualidade, à diversidade



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sexual, ao erotismo. O seu papel é de abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre sexualidade possa se expressar.

Na escola, como em qualquer outra instância, a abordagem da sexualidade, como podemos verificar nos documentos oficiais e nos autores que utilizamos para regimentar nossas discussões, deve ser sistemática, contínua e politicamente interessada com a crítica desses modelos de desigualdades, seja esta sexual, de gênero, de etnia/raça, de geração de classe, de religião, entre outros.

É imprescindível, portanto, que na comunidade escolar seja promovida a reflexão, discussões e debates sobre essa temática, objetivando a sistematização da ação pedagógica, para permitir à criança e ao jovem estudante uma Orientação Sexual não-diretiva, com base no respeito à diversidade sexual e de gênero. Dessa maneira, contribuirá para combater toda espécie de preconceitos e permitirá aos educandos que possam exercer sua sexualidade com responsabilidade e prazer.

Referências

BATISTA, Cláudia Aparecida. **Educação e sexualidade**: um diálogo com educadores. São Paulo: Ícone, 2008.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC. HENRIQUES, Ricardo, et al. (Orgs.). **Cadernos SECAD**: Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: SECAD/MEC, n. 4, maio 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005. (vol. 1).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 29. reimp. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FURLANI, Jimena. Educação Sexual: do estereótipo à representação – argumentando a favor da multiplicidade sexual, de gênero e étnico-racial. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, et al. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p. 46-58.

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Sexualidade**. Curitiba: SEED, 2009, p. 37-48.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed.. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 67-82.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed.. Petrópolis: Vozes, 2013.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. 6. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1997, p. 107-117.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A Educação Sexual na escola: algumas possibilidades didático-metodológicas. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Sexualidade**. Curitiba: SEED, 2009, p. 59-71.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a poética e política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.